



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140917 - SP (2021/0003070-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : CRISTIANO CASSEMIRO DA SILVA
ADVOGADOS : RUGGERO DE JEZUS MENEGHEL - SP052074
FERNANDA PIERRE DIMITROV MENEGHEL - SP343733
FELIPE RUGGERO DE OLIVEIRA DIMITROV MENEGHEL - SP437338
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CORRÉU : CASSIANA RODRIGUES PAES
CORRÉU : CELIA MARIA RODRIGUES PAES
CORRÉU : VAGNER APARECIDO LOPES PINHEIRO
CORRÉU : FLÁVIO RODRIGUES PAES
CORRÉU : TALMA REGINA GUIMARAES MORELLO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CRISTIANO CASSEMIRO DA SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2208288-21.2020.8.26.0000).

O recorrente foi condenado pelo crime do artigo 171, *caput*, por 35 vezes, c/c artigo 71, *caput*, do Código Penal à pena privativa de liberdade de 5 anos de reclusão.

Sustenta que "o mandamento de retroatividade da lei penal que beneficie o réu tem amparo constitucional, erigido ao status de garantia fundamental prevista no inciso XL do art. 5.2 da Constituição Federal. Ou seja, sobrevindo alteração legislativa (*novatio legis in melius*), modificando norma de direito material e que seja mais favorável (*lex mitior*) ao réu, esta será aplicada, seja para minorar a pena, seja para descriminalizar a conduta (*abolitio criminis*) e, por consequência, absolver o réu em processo em curso ou, até mesmo, nos casos de condenação e execução da sentença." (fl. 1050)

Aduz, que "é imponível a proteção do ato jurídico perfeito à retroatividade do mencionado dispositivo. Destarte, requer seja reconhecida a aplicação retroativa da Lei 13.964/19 para declarar extinta a punibilidade do paciente pela decadência." (fl. 1050)

Requer que:

- a) CONCEDA-SE liminarmente a ordem de habeas corpus, reconhecendo-se as ilegalidades demonstradas, para suspender os efeitos da condenação, até julgamento final do writ;
- b) Seja dispensada a requisição de informações à autoridade coatora,

tendo em vista que a presente ação é instruída com cópia das principais peças dos autos;

c) Promova-se a oitiva do membro do Ministério Público;

d) Ao final, concedida ou não a liminar, que DECLAREM-SE as ilegalidades ocorridas, a fim de reconhecer a aplicação retroativa da Lei 13.964/19 e declarar extinta a punibilidade do Paciente pela decadência ou, subsidiariamente, determinar a intimação da vítima para oferecer a representação, sob pena de decadência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente